

**REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS, CULTURAS E POLÍTICAS DE
ACESSIBILIDADE DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO
SUPERIOR: PROPOSTA DE UM PROJETO DE PESQUISA.**

João Vitor Porto Oliveira, Graduando em Psicologia pela Faculdade da
Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã/SP. 229133@fadap.br
Sâmlea Victória Pacola Pimenta, Graduanda em Psicologia pela Faculdade
da Alta Paulista (FADAP/FAP) de Tupã/SP. 229782@fadap.br
Débora Chiararia de Oliveira, Ma. em Ciências pela USP/SP,
professor do curso de Psicologia da FAP/Tupã.
psicologia.coordenadoria@fadap.br3
Lúri Yrving Müller da Silva, Dr. em Psicologia pela Unesp /Assis/SP,
professor do curso de Psicologia da FAP/Tupã.
psicologia.coordenadoria@fadap.br

RESUMO: A presença de estudantes com deficiência, em instituições de ensino superior, tem sido uma realidade cada vez mais frequente no contexto brasileiro. Este movimento tem aumentado, em razão do desenvolvimento de políticas educacionais inclusivas e das respostas da comunidade acadêmica destinadas a amenizar as formas de discriminação e segregação, para que tais estudantes concluam com êxito seu processo formativo. Sabe-se que na atualidade são poucos os estudos que se dedicam a investigar sobre a temática de acessibilidade do estudante com deficiência no ensino superior. Neste sentido, o presente artigo trata-se de um estudo descritivo que tem como principais objetivos propor a reflexão sobre práticas, culturas e políticas de acessibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior e, apresentar um projeto de pesquisa que será desenvolvido por alunos de Iniciação Científica do curso de graduação de Psicologia da FAP. Sabe-se que incluir vai além de adequações legais e estruturais. É preciso um novo olhar para a concepção da pessoa com deficiência, para garantir relações interpessoais saudáveis no contexto universitário. Espera-se que este artigo e o desenvolvimento do projeto de pesquisa contribuam para reflexões e debates importantes para embasar ações que garantam um ensino acessível e inclusivo efetivo e, que possibilite a conscientização da comunidade acadêmica sobre a temática, para que a realidade universitária seja transformada em um ambiente acolhedor que respeite e valorize a diversidade, diminuindo os estigmas e preconceito em relação às pessoas com deficiência inseridas em instituições de ensino superior.

Palavras-chave: Estudante com deficiência; acessibilidade; ensino superior.

INTRODUÇÃO

A entrada do estudante com deficiência nas instituições de ensino superior (IES) se mostra como um fenômeno cada vez mais frequente e atual no Brasil. De acordo com o Censo da Educação Superior (2018), o número de estudantes com deficiência matriculados nas IES aumentou 86%, no período entre 2009 e 2017.

Esse fato evidencia avanços significativos nas políticas públicas educacionais brasileiras que favorecerem a acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência (PCD) em níveis educacionais básicos, culminando no acesso às IES, direito este garantido por lei. Neste sentido, toma-se como pressuposto o papel social que as instituições de ensino exercem no país, desde o nível infantil até o superior, a fim de garantir o acesso e a inclusão de estudantes com deficiência à educação e atender suas necessidades educacionais específicas, para compreendermos os ajustes realizados nas IES, nos últimos anos, especialmente em relação à forma de ingresso, adequações do espaço físico, dos recursos pedagógicos por meio da formação de professores para receber esse aluno de forma igualitária e não discriminatória e pela criação de núcleos de apoio aos mesmos.

Cabe ressaltar que tais mudanças e organizações de acessibilidade e inclusão educacionais das PCD se embasam em documentos e leis como: a Conferência Mundial sobre Educação Especial de Salamanca (1994) que defende a educação como um direito de todos e estabelece normas e orientações para a inclusão de pessoas com deficiência; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) que garante o direito à educação a todos como dever do Estado de forma gratuita e obrigatória e, ao atendimento educacional especializado gratuito, oferecido, preferencialmente, na rede regular de ensino, ao educandos com necessidades educacionais especiais; Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Decreto nº 3.298/1999) que orienta sobre normativas para assegurar os direitos individuais e sociais das pessoas com deficiência, inclusive à educação; Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), que pode ser compreendida a partir dos seguintes eixos: o da acessibilidade, o da transversalidade, o da formação

de professores e o do acesso, da permanência, da participação e da aprendizagem dos estudantes com deficiência na Educação Superior.

No estudo de Martins et al. (2017) verifica-se que a justificativa para o aumento do número de matrículas de estudantes com deficiência no ensino superior ter sido atribuído também ao desenvolvimento de políticas públicas inclusivas, voltadas para o ensino superior, como Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, Programa Universidade para Todos – PROUNI, Política de Acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior – IFES; e o Programa de Inclusão no Ensino Superior – INCLUIR. Também pontuaram sobre a Lei de n. 13.409 de 28 de dezembro de 2016.

As políticas públicas educacionais são extremamente importantes e colocam o Brasil frente às prerrogativas mundiais. Entretanto, neste cenário, também é possível observar uma discrepância significativa entre o número de estudantes com deficiência que se matriculam e aqueles que concluem seus cursos de graduação, o que permite a reflexão sobre a problemática entre a compreensão das leis e sua aplicação, ou seja, nem sempre as práticas de acessibilidade e inclusão garante igualdade e equidade. Esses achados mostram a necessidade de investigar outros fatores atrelados à permanência dos estudantes com deficiência nas IES.

Através da literatura, percebe-se que a mobilização para promover o engajamento real do estudante com deficiência dentro das IES ainda é escassa e tímida. Fato este que impacta significativamente na motivação deste estudante para permanecer/terminar o curso de graduação, prejudicando sua futura inserção no mercado de trabalho, sua autoestima e senso de capacidade. Essa situação cria nas IES a falsa ideia de inclusão social, porém paradoxalmente contribui para a exclusão das PCD, no ensino superior.

A compreensão da deficiência como um fenômeno social e não como um problema de causa orgânica possibilita ampliar o olhar para os fatores que perpassam a vida das PCD, nos contextos sociais onde estão inseridas, por exemplo, o preconceito, a exclusão, segregação, a não compreensão dos direitos das PCD, entre outros. Fatores esses que podem culminar em práticas, culturas e políticas falhas no quesito de acessibilidade e inclusão. Assim sendo, considerando

a complexidade das dinâmicas de interações sociais no ambiente universitário, questiona-se: Quais os desafios que envolvem práticas, culturas e políticas no processo de acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência inseridos na Faculdade da Alta Paulista de Tupã/SP (FAP)?

Para responder à questão, será elaborado um projeto de pesquisa que identifique questões de acessibilidade de estudantes com deficiência através da escuta da comunidade acadêmica da respectiva faculdade, por meio de formulário do Google Forms, ainda a ser desenvolvido junto aos alunos do terceiro e quarto ano de graduação em Psicologia da FAP durante a Iniciação Científica.

A fim de fundamentar teoricamente o estudo, o projeto de pesquisa também tem como objetivo a investigação de artigos que envolvam a temática de acessibilidade pela perspectiva dos estudantes com deficiências, matriculados em instituições de ensino superior do Brasil, publicados nas principais plataformas brasileiras de busca científica, nos últimos cinco anos. Como resultado, os alunos da Iniciação Científica compilarão os dados em uma revisão integrativa de literatura.

REVISÃO DE LITERATURA

O presente artigo trata-se de um estudo descritivo que tem como principais objetivos propor a reflexão sobre práticas, culturas e políticas de acessibilidade de estudantes com deficiência no ensino superior e, apresentar um projeto de pesquisa que será desenvolvido por alunos de Iniciação Científica do curso de graduação de Psicologia da FAP.

Para sustentar a reflexão teórica sobre acessibilidade do estudante com deficiência no ensino superior tomar-se-á como base a Lei n. 10.098/2000, regulamentada pelo Decreto n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que define em seu art. 8º, o que se deve entender por acessibilidade e as barreiras que a impedem ou dificultam:

I – acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; II – barreiras: qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação, classificadas em: a) barreiras urbanísticas: as existentes nas

vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação. (BRASIL, 2004).

No estudo de Ciantelli (2020) a acessibilidade deve envolver não apenas os aspectos citados acima, mas, principalmente àqueles relacionados a ações atitudinais contra estereótipos, preconceitos e estigmas voltado à PCD, algo que não é evidenciado nas normativas, porém, que favorece a inclusão em termos pessoais e sociais.

Quando ocorre a remoção de uma barreira atitudinal, entende-se que os direitos foram respeitados, que a pessoa foi ouvida e considerada em sua totalidade, ao invés de ser oprimida e subjugada socialmente por “um corpo fora da norma”. Esse fenômeno representa a mudança de olhar em relação à deficiência, que deixa de ser um defeito do corpo que “precisa” ser consertado, para ser algo que apenas uma parte de um todo que representa a pessoa em si.

Em contrapartida, o estudo de Leonel, Leonardo e Garcia (2015) aponta que,, na maioria das vezes, o foco das IES está em garantir a acessibilidade e permanência dos estudantes com deficiência pela adaptação e/ou remoção de barreiras físicas, a fim também de cumprir o que está previsto na lei, buscando-se minimizar os desafios impostos pela falta de condições básicas exigidas para atender aos direitos desses alunos. Porém, os autores verificaram também que as barreiras atitudinais vivenciadas por esses alunos, nesta trajetória escolar, são pouco destacadas, configurando-se como o maior desafio para as IES.

Já Martins et al., (2017) ressaltaram que toda política gerada, no âmbito da educação especial, representa importante conquista, mas se deve ponderar sobre o que se vê no cenário brasileiro sobre tal avanço são mudanças pontuais nos direitos, o que não configura necessariamente uma mudança de concepção diante da pessoa com deficiência. Por conseguinte, entende-se que não basta apenas garantir que o estudante com deficiência esteja presencialmente nas salas e/ou nos espaços

regulares de ensino, há de se lutar para que este grupo de fato usufrua do capital cultural que circula nas instituições, nas diferentes etapas de educação.

A partir dos achados fica evidente o quanto as atitudes das instituições educacionais refletem sobre como a sociedade compreende a deficiência e o local de fala das pessoas com deficiência, nos contextos sociais. No cenário brasileiro a concepção de deficiência ainda está atrelada ao modelo biomédico, onde a prerrogativa de cura do corpo imperfeito para adaptá-lo ao corpo ideal, estabelecido pela norma social, ainda é muito forte. Fato este que demonstra o quanto ainda é necessário e urgente discutir sobre o que realmente está por trás da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência.

De acordo com Leite e Lacerda (2018) existem quatro formas de concepções da deficiência:

1. Concepção orgânica/biomédica: interpreta a deficiência como um atributo inerente ao indivíduo, adotando como referência o desvio de um padrão orgânico de normalidade, ou a presença de uma falha ou limite que acarreta um mau funcionamento de determinado organismo. As providências para alterar esse déficit se esgotam no indivíduo que a apresenta;
2. Concepção histórico-cultural: interpreta a deficiência como dinâmica, relacional e processual com base na associação entre indivíduo e contexto sociocultural, que ocasiona um desenvolvimento humano diferenciado, ajustável em função das expectativas e de atitudes dirigidas a ele. É significada historicamente, no contexto de sua ocorrência;
3. Concepção metafísica: interpreta a deficiência como algo que transcende a condição humana, podendo estar atrelada a causas espirituais e/ou religiosas, ou a fatores sobrenaturais. Desse modo, ela é fenômeno posto, que pouco depende da atuação do homem; e
4. Concepção psicossocial: interpreta a deficiência como uma condição orgânica diferenciada, associada a fatores causais de natureza social, emocional, econômica e/ou educacional que influenciam a constituição humana. Aqui, a deficiência decorre de fatores inerentes ao indivíduo e

ambientais, mas, para interpretá-la, é necessário centralizar a análise no sujeito que a apresenta.

Neste sentido, ao pensarmos em práticas, culturas e políticas sobre a acessibilidade de estudantes com deficiência e na eliminação das barreiras que dificultam a permanência dos mesmos nas instituições educacionais, é de suma importância o reconhecimento de tal concepção da deficiência é tomada como referência uma vez que, recaem (in)diretamente sobre a garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiências, por meio das atitudes e das representações sociais (TORRES; CRUZ e CABRAL, 2021).

Neste artigo e no projeto de pesquisa adotar-se-á a compreensão da deficiência não mais como um fenômeno biológico em desvantagem social que deveria ser curado e tratado para se aproximar o máximo possível de um corpo perfeito e produtivo, mas, como um fenômeno social construído a partir das relações com o outro, com as culturas, filosofias e psicologias que permeiam este espaço dialético. A partir da lógica social é possível a reflexão de que não é a deficiência *per si* que traz um prejuízo à vida do sujeito e sim, a opressão social que lhe é imposta (SHAKESPEARE e WATSON, 2001).

Encontrar dados atuais indicando um aumento no número de estudantes com deficiência, matriculados em IES, evidencia a ultrapassagem das barreiras atitudinais que impediram por muitos anos o sucesso de PCD no ambiente escolar, especialmente no ensino fundamental e médio (SIEMS-MARCONDES, 2018). Isso só foi possível, devido à evolução da forma de concepção da deficiência, ou seja, mudanças sociais refletem uma nova realidade social (GAIO, 2010, p. 144, apud ALVES, 2017, p. 32).

A trajetória histórica da pessoa em situação de deficiência é marcada por um processo de segregação e exclusão que se caracterizou como uma ameaça à ordem e bem-estar social atrelado a valores sociais, culturais e políticos que ditaram por muitos anos a maneira de existir das pessoas que divergem de padrões corporais normativos. Como resultado de tais práticas, tem-se uma sociedade capacitista que vive em uma constante busca do ideal de corpo belo e funcionalmente capaz, que despreza o contato com corpos divergentes, como no caso das pessoas em situação

de deficiência. Segundo Leite e Lacerda (2018), durante o processo de desenvolvimento, o sujeito se apropria dos conhecimentos produzidos, no decorrer da história da humanidade por intermédio das relações sociais. Neste aspecto, a maneira como as PCD foram e ainda são tratadas “se constituíam em um disperso conjunto de atos, práticas e costumes que, por serem reiterados por um longo período de tempo, foram pública e naturalmente aceitas pela sociedade” (ALVES, 2017).

Para melhor compreensão acerca das concepções em relação à deficiência, a autora supracitada traz a contextualização histórica de marcos significativos sociais que influenciaram tal processo:

- Nas sociedades primitivas, as PCD eram consideradas incapazes de realizar algumas tarefas, como a pesca e caça, por exemplo. Por esta razão eram abandonadas pelo grupo sem sentimentos de culpa, como uma espécie de “seleção natural” em que o mais forte sobrevivia.
- A era da Antiguidade Clássica ficou conhecida pelo culto ao corpo perfeito, forte e belo, tendo como principal ‘utilidade’ a virilidade para a guerra. Sociedades como Esparta, Atenas e Roma exterminavam brutalmente as crianças com deficiência (eugenia). Aqui o Estado tinha o direito de privar a vida dessas crianças uma vez que, pela falta do corpo perfeito não eram ‘aptas’ para a guerra.
- Já na Idade Média o ponto principal foi a difusão da doutrina cristã, onde a deficiência era vista como um pecado ou castigo de Deus, bem como crenças sobrenaturais e demoníacas. Aqui a morte das PCS não era mais moralmente justificável, portanto a segregação, baseada em discursos de caridade e cuidado, passou a ser a opção mais viável.
- Na Idade Moderna, pautada em filosofias do Renascimento e de um Estado baseado na razão, o direito natural passou a ser reconhecido como proveniente da natureza humana, baseado no homem e não na origem divina – neste momento eclode a Revolução Francesa, o estado passa a ser laico e tem-se a elaboração da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Contraditoriamente, com ascensão

do capitalismo o homem passa a ser visto como uma máquina e, a deficiência, portanto, é uma peça “quebrada”.

- Na Contemporaneidade a razão assume de vez o seu lugar e a explicação para os fatos passa a ser científica. Neste sentido, a deficiência é algo que precisa ser tratado do ponto de vista médico, científico, proporcionando bases mais sólidas para seu entendimento. O tratamento era baseado na segregação dessas pessoas em instituições hospitalares e, também no ensino – cura da deficiência por meio da educação.
- O século XIX é marcado por pensamentos iluministas acerca dos direitos humanos e houve um forte investimento na educação das PCD, especialmente das pessoas com deficiência intelectual.
- Já o século XX traz o auge da Segunda Guerra Mundial e, com ele o pensamento eugenista, onde as PCD deveriam ficar isoladas e impedidas de se reproduzirem, pois eram considerados inaptos para o convívio social. Vários testes de inteligência foram empregados para identificar tais sujeitos e segregá-los.
- Em 1945, o pós-guerra impulsiona um novo olhar para a deficiência, visto que muitas pessoas se tornaram deficientes físicos, após lesões que sofreram em combate, forçando o Estado e a sociedade a assumirem a responsabilidade por essas pessoas e garantirem seus direitos humanos, estabelecidos pela ONU, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiências, todas desenvolvidas nesta época.

Esta retrospectiva histórica é extremamente necessária para a compreensão do quanto o foco da sociedade e das figuras de poder sempre esteve voltado para aquilo que o homem poderia oferecer em questões físicas e intelectuais. A partir de então, nasce a possibilidade de prever o funcionamento do corpo, dando a falsa ideia de controle sobre o mesmo, assim como da vida e morte. Munidos pelo

sentimento de onipotência, os homens desenvolveram regras e padrões de existência em prol do “corpo-referência” normativo, ideal.

Neste interim, tem-se uma sociedade que desenvolve uma recusa em reconhecer e se aproximar dos corpos diversos, eximindo-se da responsabilidade e deslocando-a para alguém supostamente superior, mais rico, mais poderoso, fazendo renúncia da sua liberdade, em troca de um parco poder tirânico sobre a vida daqueles que, supostamente, são mais frágeis, o que caracteriza uma forma de governo disciplinar (PAGNI, 2019).

Assim, as pessoas diversas pouco a pouco perderam sua humanidade, sua subjetividade e passaram a ser corpos a serem doutrinados e consertados para caberem em tão lógica normativa de existência social e política. Quanto mais específico o conhecimento sobre o corpo, maior a distância que se trava com o sujeito que o habita.

Todavia as evoluções históricas e da sociedade culminaram em uma lógica mais voltada às pessoas *per si* e seus direitos, enquanto seres humanos. Neste sentido, temos uma diversidade que nasce, quando somos interceptados pela existência de outro homem junto à nossa e começamos a produzir e a receber cultura, a partir do *social* (ALVES, 2010). Então, dentro dessa lógica, temos uma sociedade que passa a ser convocada a participar e pensar sobre suas práticas, culturas e políticas de forma a envolver *todas* as pessoas que nela convivem.

O desenvolvimento de políticas públicas foi o respiro que as pessoas diversas precisavam para dar início às lutas sociais, a fim de garantir seus direitos, especialmente no contexto educacional. Para Gomes (2012) as lutas sociais, principalmente os de caráter identitário (indígenas, negros, quilombolas, feministas, LGBTQIA+, povos do campo, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, entre outros), que, a partir dos anos de 1980 no Brasil, por exemplo, contribuem para a entrada do olhar afirmativo da diversidade na cena social.

Assim, é possível concluir que a presença de um aluno com deficiência no ambiente escolar, em todos os seus níveis, representa a mudança em como a pessoa com deficiência é vista pela sociedade: não mais como incapazes, mas

como sujeitos com direitos sociais que têm seu espaço para fala e existência, que considere sua subjetividade e necessidades específicas (BRASIL, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos pontos apresentados neste artigo, fica evidente a necessidade e importância do tema. Assim, acredita-se que o desenvolvimento do projeto de pesquisa de Iniciação Científica pelos alunos de graduação em Psicologia tem muito a contribuir para sua formação e para a faculdade como um todo.

Conclui-se também que tanto o artigo e o projeto de pesquisa proporcionarão reflexões e debates importantes para embasar ações que garantam um ensino acessível e inclusivo, efetivo por meio da reorganização dos paradigmas sociais de práticas, culturas e políticas de equidade de desenvolvimento, aprendizagem que envolvam aspectos biopsicossociais que perpassam a vida acadêmica do início ao fim da graduação, dos estudantes sem e com deficiência, especialmente.

Ampliar o olhar e a conscientização da comunidade acadêmica para a temática da deficiência e acessibilidade possibilita a transformação da realidade universitária e das relações sociais que ali permeiam, favorecendo um ambiente acolhedor que respeite e valorize a diversidade (CIANTELLI, 2020). Dessa forma, criou a possibilidade de troca entre pares que futuramente levarão tais conhecimentos para sua atuação profissional, mudando outras realidades, diminuindo os estigmas e preconceito, empoderando as PCD a ocuparem todos os espaços que lhes convém.

ABSTRACT

The presence of students with disabilities in higher education institutions has been an increasingly frequent reality in the Brazilian context. This movement has increased due to the development of inclusive educational policies and the responses of the academic community aimed at alleviating forms of discrimination and segregation so that these students can successfully complete their training process. It is known that currently there are few studies dedicated to investigating the issue of accessibility for students with disabilities in higher education. In this sense, this article is a descriptive study that has as main objectives to propose a reflection on practices, cultures and accessibility policies of students with disabilities in higher education and to present a research project that will be developed by Initiation students Scientific Research of the Psychology undergraduate course at FADAP/FAP. It is known that including goes

beyond legal and structural adjustments. A new look at the conception of people with disabilities is needed to ensure healthy interpersonal relationships in the university context. It is expected that this article and the development of the research project will contribute to important reflections and debates to support actions that guarantee an effective accessible and inclusive teaching, and that enable the academic community to become aware of the subject so that the university reality is transformed into a welcoming environment that respects and values diversity, reducing stigma and prejudice against people with disabilities who are part of higher education institutions.

Keywords: Disabled student; accessibility; University education.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, D. S. S. (2017). Concepções da deficiência: um estudo sobre a representação social da diversidade humana ao longo da história, **Polyphonía**, v. 28, n. 1, jan-jun.

ALVES, N. M. M. (2010). Diversidade Humana: O desafio moderno de aceitar o outro. In: IV Congresso Centro-Oeste de Ciências do Esporte e I Congresso Distrital de Ciências do Esporte, Brasília. Disponível em: <http://congressos.cbce.org.br/index.php/4concoce/4concoce/paper/viewFile/2587/1241>.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Brasil: Diário Oficial da União. Recuperado: 21 maio 2015. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. 2004.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 07 de janeiro de 2008. Disponível em: http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf.

CIANTELLI, A. P. C. **Trajetória acadêmica de estudantes com deficiência no ensino superior do Brasil e de Portugal: contribuições da Psicologia.** 2020. Tese (Doutorado) – Curso de Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2020.

ESPANHA, MINISTERIO DE EDUCACIÓN Y CIENCIA ESPAÑA – Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura. Conferencia Mundial

sobre Necesidades Educativas Especiales: Acceso y calidad. España: Salamanca, 1994. 49 p.

GAIO, R. (2010). Diálogo com a história. In: GAIO, R.; MENEGETTI, R. G. K. (Org). **Caminhos pedagógicos da educação especial**. 6. ed. Petrópolis: Vozes.

GOMES, N. L. (2012). Desigualdades e diversidades na educação. *Educação & Sociedade*, 33 (120): 687-693. DOI: 10.1590/S0101-73302012000300002.

Lei 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei n. 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/lei/l12711.htm.

Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (1996, 20 de dezembro). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Brasil: Diário Oficial da União**. Recuperado: 17 mar. 2015. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm.

LEITE, L. P., LACERDA, C. B. F (2018). A construção de uma escala sobre as concepções de deficiência: procedimentos metodológicos, **Psicol. USP**, v. 29, n. 3, p. 432-441. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-65642018109>.

LEONEL, W. H. S., LEONARDO, N. S. T., GARCIA, R. A. B. (2015). Políticas públicas de acessibilidade no ensino superior: implicações na educação do aluno com deficiência, **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 10, n.esp, Araraquara.

MARTINS, S. E. O., et al. (2017). Inclusão de universitários com deficiência no ensino superior: o que dizem as pesquisas no Brasil e Uruguai, **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 11, n. 18, nov.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Censo da Educação Superior**. Brasília; 2018. 58 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo&Itemid=30192.

PAGNI, P.A. (2019). Entre o governo das diferenças e o ingovernável dos corpos: possibilidades de resistências na educação, **Educação e Filosofia**, 33 (68). DOI: 10.14393/REVEDFIL.v33n68a2019-51970.

SHAKESPEARE, T. E WATSON, N. (2001), "The social model of disability: An outdated ideology?", Barnartt, S.N. and Altman, B.M. (Ed.) **Exploring Theories and Expanding Methodologies: Where we are and where we need to go (Research in Social Science and Disability, Vol. 2)**, Emerald Group Publishing Limited, Bingley, pp. 9-28. DOI: [https://doi.org/10.1016/S1479-3547\(01\)80018-X](https://doi.org/10.1016/S1479-3547(01)80018-X).

SIEMS-MARCODES, M. E. R. Estudantes com deficiência no ensino superior: trajetórias escolares, acesso e acessibilidade, **Inc. Soc., Brasília**, v. 11, n. 1, p. 94-104, jul./dez, 2017.

TORRES, J. P., CRUZ, L. P. e CABRAL, L. S. A. (2021). Concepções sobre deficiência importam? **Rev. Bras. Educ. espec.**, v. 27, n. 2, p. 545-558, Bauru. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-54702021v27e0200>.